

A enchente de 2024 na Ilha dos Marinheiros: uma história contada pelos alunos da EMEF Coração de Maria.

Nara Suzana Pereira da Silva

Círculo de Saber 03: Conhecimentos, saberes e práticas educativas nos movimentos sociais e comunidades tradicionais.

Resumo

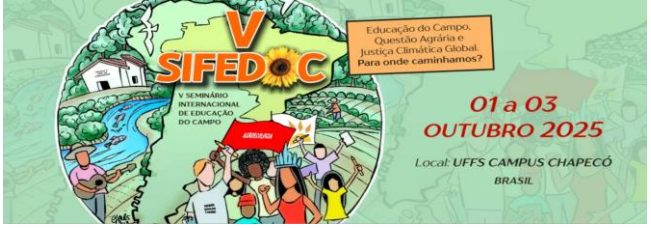
O presente artigo tem como objetivo publicizar as situações recorrentes enfrentadas até hoje pela comunidade da Ilha dos Marinheiros em Rio Grande/RS, em razão dos da enchente de 2024, sob a ótica dos alunos dos anos iniciais da Escola Municipal de Ensino Fundamental Coração de Maria, daquela localidade. De forma lúdica, buscou-se conectar memórias, sentimentos, impactos e repercussões por meio de uma escuta sensível acerca das experiências e saberes dos (as) estudantes através de narrativas orais, criação de texto coletivo, realização de desenhos e compartilhamento de reflexões. Numa abordagem transdisciplinar, o projeto deu vez e voz às crianças da Ilha dos Marinheiros com a contribuição de outros ilhéus o que possibilitou não só o estreitamento de vínculos com a comunidade, como também, o fortalecimento da memória coletiva do território sobre o tema. Ao final, o projeto demostrou que uma comunidade escolar comprometida com seus sujeitos e com o seu território é capaz de construir ações transformadoras e que as vozes infantis não só podem, como devem ser ouvidas e representadas nos espaços de debate público.

Palavras-chave: enchente, escuta sensível, memória coletiva.

Introdução

A Ilha dos Marinheiros, situada no município do Rio Grande, estado do Rio Grande do Sul foi extremamente afetada pelas enchentes que atingiram todo o estado. Muitos moradores foram acolhidos em abrigos públicos, em casa de parentes ou conhecidos, mas muitos permaneceram na ilha inundada.

Hortas perdidas, pesca impraticável, animais desaparecidos ou mortos, pessoas adoecidas e até morte foi registrada entre os que ficaram. Víveres, água



mineral, material de higiene, de limpeza, roupas e calçados para os ilhéus e ração para animais que aqui ficaram, foram distribuídos pela Defesa Civil, Exército, Marinha, entidades civis e cidadãos comuns. Para chegar até os ilhéus, a estrada em que outrora transitavam os veículos, transformou-se em espaço de navegação para pequenos botes onde os recursos eram transportados.

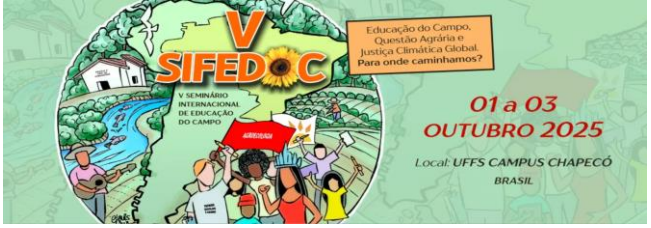
Muitas casas foram invadidas pelas águas e muito mais foi perdido. A maioria de nossas crianças foi afastada de seus lares para sua própria segurança. À distância, via WhatsApp, mantiveram suas atividades escolares, o contato com os colegas e professora.

A ponte que liga a Ilha dos Marinheiros ao continente foi muito danificada ficando intransitável e interditada desde então. Após algum tempo da enchente, recebemos o auxílio de uma balsa com a capacidade limitada a seis veículos e dez pessoas por vez. Com período pré-determinado de funcionamento (6h30min/20h), nem sempre funciona, seja em função da subida ou baixada da água, ou mesmo, em razão de problemas mecânicos.

Além da balsa, contamos com um pequeno sistema transporte via barco para mercadorias e cidadãos, que faz o trajeto até o centro da cidade em cinco horários distintos ao longo do dia e que funciona de segunda a sábado, sendo o traslado no sábado, somente no período da manhã.

Portanto, em dias que não temos o a balsa em funcionamento, as instituições públicas da ilha não têm atendimento pois todo o meio de transporte vindo do continente não consegue atravessar. Entre os supracitados, destacamos o ônibus escolar que leva os alunos até a sua respectiva escola – temos quatro escolas públicas no entorno da ilha, o micro-ônibus que traz os (as) professores (as) que não residem na ilha, e nem mesmo a viatura que traz os profissionais da saúde que atendem na Unidade Básica de Saúde, conseguem acessar a Ilha dos Marinheiros.

Essa é a nossa realidade após mais de um ano do desastre climático que se abateu sobre a nossa ilha: ainda temos perdas materiais que não tiveram como serem repostas, equipamentos públicos seriamente comprometidos, instalações públicas que nem sempre conseguem realizar os serviços ao qual se destinam e uma situação crescente de vulnerabilidade e invisibilidade social por parte dos moradores que aqui permaneceram.



Com intuito de discutir tal situação, foram criados grupos de WhatsApp para organização com o intuito de propor ações a fim de cobrar o poder público, buscar respostas, soluções. Foram realizadas manifestações em frente à prefeitura municipal, audiências públicas na câmara dos vereadores, intervenções na ponte danificada, reuniões com a presença do poder executivo, legislativo do município, secretários e engenheiros envolvidos na recuperação da ponte danificada.

As respostas recebidas por parte das autoridades não convenceram a população local e nem de perto atenderam nossos anseios. Não foram dados prazos definitivos e nem mesmo os planos de recuperação apresentados pareceram convincentes ante os olhos de uma comunidade tão sofrida e tão excluída de acessos a bens básicos em razão de uma obra que se arrasta numa ponte danificada que veio nos tirar direitos básicos de acesso a saúde, educação e até ao trabalho.

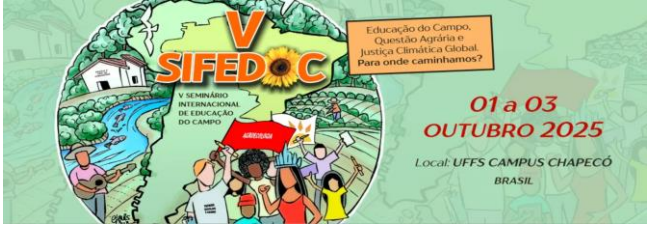
Hoje, nos horários em que a balsa não funciona e nem o sistema de botes que leva à cidade, não temos acesso à coleta do lixo, transporte público, saúde, educação, comercialização da produção local, enfim, perdemos também o direito de ir e vir.

A população da ilha, antes em torno de 1400 ilhéus[1], teve uma redução estimada em cerca de 30%[2], ante essa situação de restrição que nos é imposta, muitas famílias se mudaram para o continente e, com elas, foram-se pescadores, agricultores, pequenos comerciantes e estudantes de nossas escolas, todos (as) cidadãos (ãs) que abandonaram a ilha buscando melhores condições vida em bairros na sede do município ou no subdistrito vizinho.

E foi nesse contexto que, em abril de 2025, as quatro escolas da Ilha dos Marinheiros foram convidadas a participar da Conferência Municipal Infanto Juvenil Pelo Meio Ambiente apresentando seus projetos referente ao tema da conferência que este ano, entre outros, foi justiça climática.

Assim, nossa escola, uma escola do campo que atende aos anos iniciais do Ensino Fundamental em classes multisseriadas, com turmas organizadas com 1º/2º ano, 3º ano e 4º/5º ano, desenvolveu o projeto “A enchente de 2024 na Ilha dos Marinheiros: uma história contada pelos alunos da EMEF Coração de Maria”.

[1] Fonte extraoficial.
[2] Estimativa coletada junto à Subprefeitura da Ilha dos Marinheiros.



O objetivo de nosso projeto foi de publicizar nossa realidade segundo o olhar de nossos (as) estudantes, crianças de 6 a 11 anos, discutindo as questões ambientais que envolvem nosso território através de atividades lúdicas e reflexivas, compartilhamento de relatos, impressões, memórias e sentimentos acerca da enchente de 2024, num processo de escuta sensível, experiência que relatamos no presente artigo.

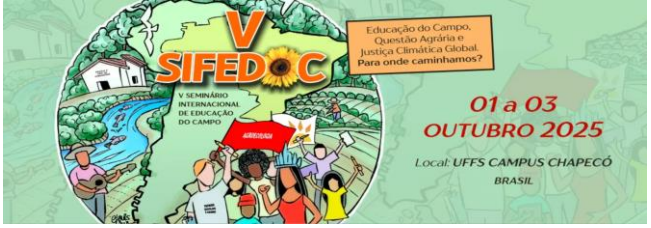
Metodologia

No lançamento da proposta para os (as) estudantes, todos (as) foram convidados (as) a participar de um dia na modalidade de escola em tempo integral. O encontro ocorreu de forma acolhedora, sensível e participativa, respeitando as características das turmas multisseriadas e da comunidade escolar. A proposta teve início com a retomada da obra “E a chuva...”, de Sabrina Fuhr, utilizada anteriormente durante as aulas remotas via WhatsApp, ainda no período da enchente de 2024.

A leitura funcionou como um disparador afetivo, reativando lembranças e criando um ambiente seguro para que os alunos compartilhassem suas experiências: à medida que a narrativa avançava, os (as) estudantes se sentiam encorajados (as) a verbalizar relatando as suas vivências, assim como, as vivências de parentes e conhecidos. Relataram receios, anseios, relataram sentimentos e apreensões como o susto com a subida repentina da água, o medo de perder a casa, a tristeza ao ver seus brinquedos molhados, a preocupação com vizinhos e muitas palavras que denotavam solidariedade, pertencimento e esperança.

A escuta foi ativa e respeitosa e os relatos foram cuidadosamente registrados. A partir desses registros, foi organizado um texto coletivo, construído de forma dialógica e colaborativa, no qual foi recontado a história da enchente sob a ótica das crianças da Ilha dos Marinheiros. O texto, preserva a oralidade das crianças e reflete a multiplicidade de olhares sobre um mesmo evento, costurando lembranças, sentimentos e reflexões.

A seguir, foi proposto aos (às) estudantes a realização de desenhos representando suas vivências durante a enchente. As ilustrações mostraram barcos improvisados, casas alagadas, pontes quebradas, mas também cenas de ajuda mútua, reencontros e reconstrução.



Ao analisar as produções, foi possível perceber a forma como as crianças compreendem e ressignificam o que viveram - muitas vezes, com uma combinação de dor e esperança, medo e força. Observamos também, que as produções compunham uma rica ilustração da narrativa coletiva, constituindo-se numa visualização da produção textual, conferindo-lhe significação e relevância, validando os sentimentos e as experiências ali expressos. A atividade não apenas desenvolveu competências de leitura e escrita, como também permitiu a elaboração simbólica do trauma vivido.

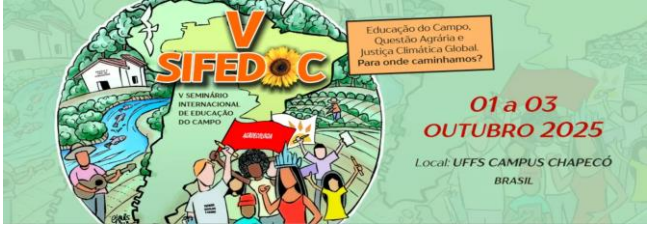
A ideia da construção de um grande livro coletivo surgiu espontaneamente a partir do entusiasmo dos próprios alunos, que manifestaram o desejo de que "outras pessoas soubessem o que aconteceu com a nossa ilha". O livro passou a ser organizado como um registro afetivo, histórico e político: além dos textos e desenhos das crianças, foram incorporadas fotos da enchente enviadas por familiares, professores, funcionários e membros da comunidade retratando o impacto da enchente e as dificuldades vividas até o presente momento.

Assim, foi criada a galeria de fotos que foi incorporada ao projeto como recurso visual e afetivo, fortalecendo o vínculo entre escola e território. Essas imagens ampliaram a potência do projeto, tornando-o também um documento social: o material serviu tanto como registro histórico quanto como denúncia das condições precárias em que a Ilha dos Marinheiros ainda se encontra, mais de um ano após o desastre.

Apresentação para a comunidade escolar



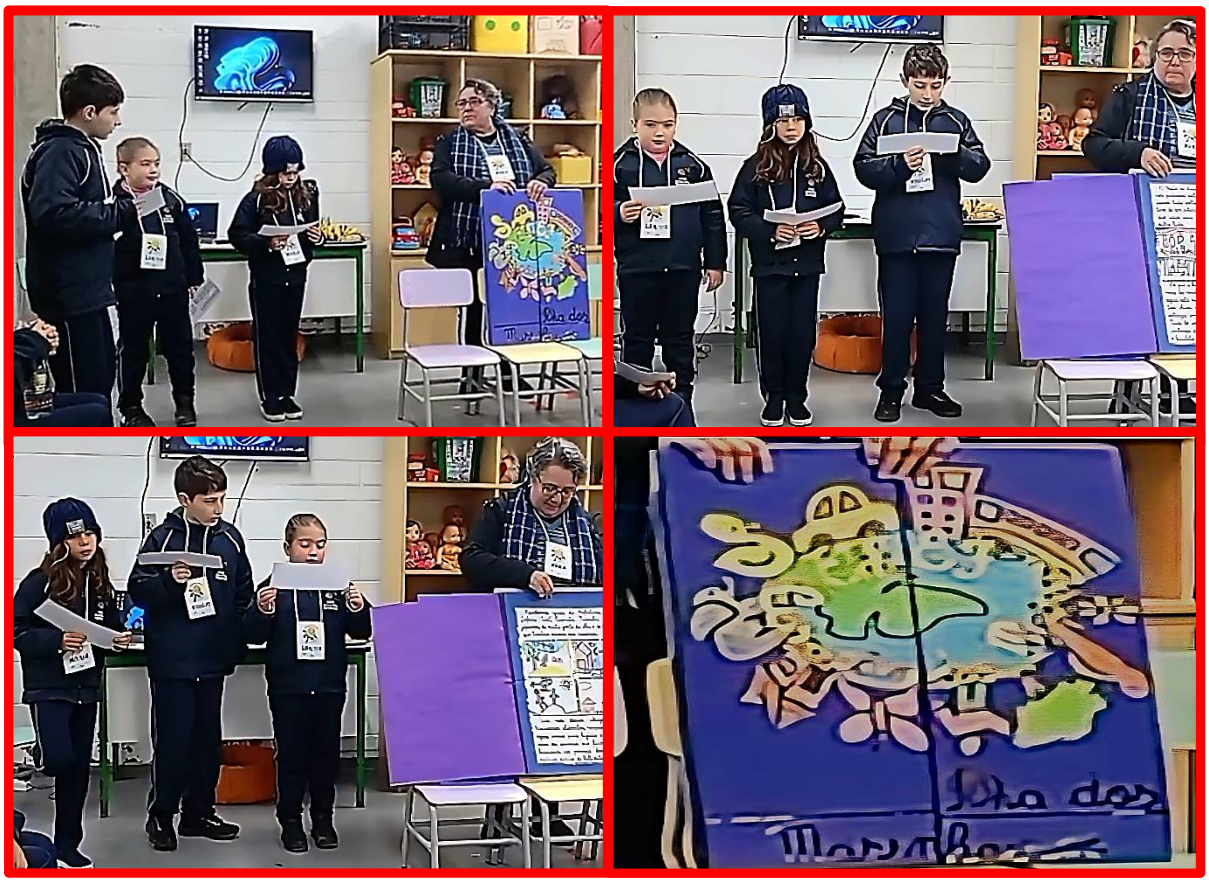
Apresentação trabalho dos alunos da EMEF Coração de Maria pelos alunos delegados eleitos na escola durante os festejos juninos.



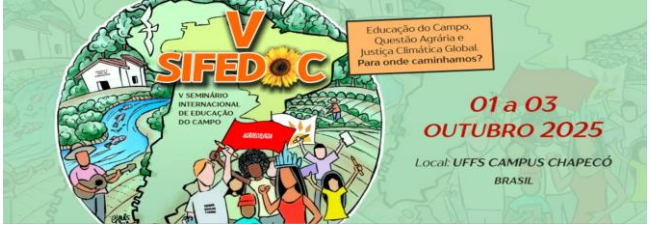
A comunidade escolar, unida em torno do projeto, fortaleceu laços e reafirmou a escola como um espaço de denúncia, cuidado e protagonismo. A culminância do trabalho se deu na participação dos alunos na Conferência Municipal do Meio Ambiente, onde o livro foi apresentado pelos alunos eleitos como delegados para representar a escola no evento. A apresentação do trabalho despertou comoção entre os participantes e abriu espaço para o diálogo entre infância, meio ambiente e política pública.

Mais do que acolher as marcas deixadas pela enchente, o projeto buscou ampliar o protagonismo infantil e provocar a sociedade a escutar as vozes que muitas vezes não são ouvidas: as vozes das crianças que vivenciam, compreendem e elaboram a realidade com sensibilidade e potência.

Apresentação na Conferência Municipal Infanto Juvenil Pelo Meio Ambiente



Apresentação trabalho dos alunos da EMEF Coração de Maria pelos alunos delegados eleitos - 06/06/2025.



Fundamentando a prática

Conforme propõe a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), é fundamental que a escola reconheça a criança como sujeito de direitos, ativos em seu processo de aprendizagem e produtor de cultura, capazes de interpretar, criar e transformar o mundo à sua volta.

A escuta e valorização da produção das infâncias, é fundamental para uma educação democrática e comprometida com os direitos humanos, especialmente em contextos de crise socioambiental, como a enchente de 2024 no Rio Grande do Sul, onde essa perspectiva se torna ainda mais urgente, constituindo um eixo central de práticas pedagógicas comprometidas com a formação integral e cidadã dos sujeitos.

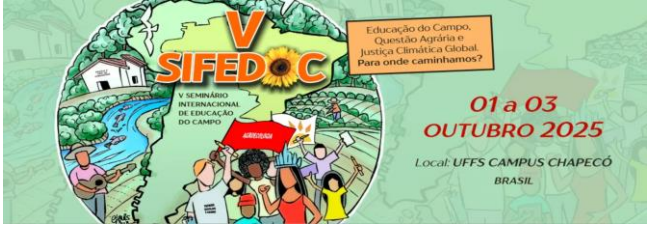
Autores como Rinaldi (2009) e Sarmento (2003) defendem uma pedagogia da escuta, na qual a escuta não é apenas ouvir, mas criar condições para que as crianças possam narrar o mundo, elaborá-lo e transformá-lo por meio de múltiplas linguagens - falada, escrita, artística, corporal. Essa abordagem é especialmente potente em momentos de trauma coletivo, como foi o caso da tragédia climática em questão, quando as crianças viram suas rotinas desfeitas, suas casas invadidas pela água, suas memórias afetadas por perdas materiais e emocionais.

Assim, a proposta da EMEF Coração de Maria se insere na abordagem de uma pedagogia da escuta (RINALDI, 2009), entendida como um convite às crianças para narrarem sua (s) vivência (s) e participarem da reconstrução simbólica e social de seu território, pois assim

> Elas adquirem consciência de que estão contribuindo com diferentes opiniões, mantendo suas próprias ideias e, ao mesmo tempo, participando na construção de um resultado conjunto. As crianças, assim, sentem que cada uma delas é valiosa e competente. Ao mesmo tempo, elas apreciam que o conhecimento que desenvolveram juntas, adquire um valor maior por se tratar de um resultado compartilhado e ter profundo significado em relação à construção da educação na comunidade (Rinaldi,2009, p.244).

A escuta sensível, entendida aqui não só como um gesto afetivo, mas também como ato político, permite à escola promover a expressão de vozes historicamente silenciadas, momento em que nos reportamos a Rinaldi, quando ela nos diz que

> As crianças sentem que nós valorizamos o que elas dizem e, portanto, o que elas pensam, porque gravamos, transcrevemos e refletimos sobre os seus possíveis significados. As crianças sabem que buscamos indicações ligadas aos processos de pesquisa e de aprendizagem que elas estão vivenciando. Acima de tudo, elas sentem que ao valorizarmos os seus pensamentos, nós as valorizamos como indivíduos únicos que estão dizendo algo importante; elas sentem o quanto são importantes para nós. Desde bem cedo, as crianças



> entendem que desenhar não é uma simples maneira de matar o tempo, mas representa um pensamento, uma emoção, uma forma de saber que pode indicar a direção dos seus processos de saber e, portanto, de expressar (Rinaldi,2009, p.243).

A escuta, nesse sentido, também é uma forma de cuidado. Como nos lembra FREIRE (1996), ensinar exige acolhimento e compromisso ético com o outro. O trabalho pedagógico diante de eventos traumáticos, precisa oferecer acolhimento emocional e ao mesmo tempo favorecer a elaboração simbólica da dor, promovendo o fortalecimento subjetivo dos alunos.

A iniciativa também se ancora na noção de educação territorializada (SANTOS, 2014), que entende a escola como parte viva de seu contexto e como agente de articulação entre saberes locais e direitos sociais.

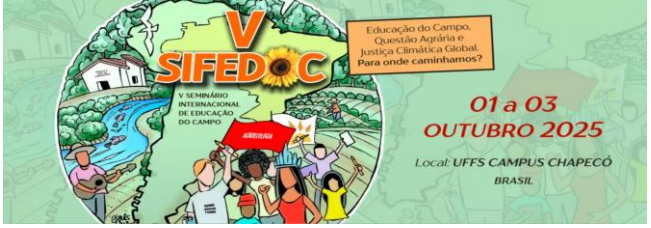
A escola, inserida na Ilha dos Marinheiros, não pode se afastar das questões vividas por sua comunidade pois é justamente a partir dessas vivências que ela pode construir aprendizagens significativas, contextualizadas e críticas. Assim, o território educativo se efetiva como um espaço onde ocorrem processos de aprendizagem e desenvolvimento integral, para além dos muros da escola, envolvendo a comunidade e o ambiente local.

Ao mesmo tempo, o projeto dialoga com os princípios da educação como prática de liberdade (FREIRE, 1996), que se compromete com a leitura crítica da realidade e a ação transformadora. Ao tornar público o que as crianças da Ilha dos Marinheiros vivenciaram e ainda vivenciam, a escola cumpre um papel de resistência diante da invisibilização da comunidade.

Nesse contexto, a construção de narrativas sobre a enchente se constituiu como uma estratégia para reconstruir a memória coletiva, registrar a história da comunidade sob o olhar das crianças e afirmar a escola como espaço legítimo de produção de conhecimento, resistência e resiliência.

Conclusão

A produção coletiva “A enchente de 2024 na Ilha dos Marinheiros: uma história contada pelos alunos da EMEF Coração de Maria”, converteu-se numa experiência pedagógica que reflete sobre os caminhos trilhados pela escola para tornar a educação um ato de memória, denúncia e reconstrução coletiva.



Através desse processo, evidenciou-se a potencialidade da escola como espaço de memória, denúncia e reconstrução coletiva. Numa realidade marcada pela ausência do poder público e pela invisibilização das comunidades do campo, especialmente em situações de calamidade, a escuta das infâncias revelou-se não apenas necessária, mas também, transformadora.

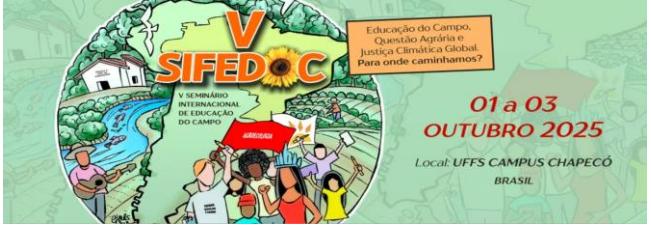
Ao mobilizar diferentes linguagens - oral, escrita, visual, artística - para expressar as experiências vividas pelas crianças, a ação pedagógica deu voz a sujeitos historicamente silenciados, permitindo que seus saberes, suas reflexões e sua esperança fossem publicamente compartilhadas. Mais do que registrar o passado, o trabalho se constituiu como um ato de cidadania, reivindicando o direito à memória, à educação, à mobilidade e à vida digna na Ilha dos Marinheiros.

As atividades promoveram aprendizagens significativas nos anos iniciais do ensino fundamental, integrando campos do conhecimento e aproximando escola e comunidade. O envolvimento das famílias e moradores no envio de fotos e no reconhecimento do livro como registro legítimo de sua história fortaleceu a identidade local e reafirmou o papel social da escola do campo.

A construção e apresentação do livro coletivo na Conferência Municipal do Meio Ambiente consolidaram a ação pedagógica como um instrumento de incidência política, no qual as vozes infantis não apenas foram ouvidas, mas também passaram a compor o debate público sobre os efeitos da enchente e a urgência de políticas reparadoras.

Entendemos que, ao transformar o sofrimento e o abandono em denúncia e expressão artística, a prática pedagógica veio a fortalecer não só a noção de territorialidade, como também, o sentimento de pertencimento e o exercício da cidadania desde os primeiros anos da escolarização

Concluímos com convicção, que as experiências como esta devem ser valorizadas e compartilhadas, pois demonstram que a escola, quando comprometida com o território e com seus sujeitos, é capaz de promover ações educativas potentes, éticas e transformadoras. Que o livro das crianças da Ilha dos Marinheiros siga circulando nas escolas, nos eventos, nos espaços de decisão enquanto testemunho de um tempo e como semente de futuros possíveis.



Referências bibliográficas

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: https://basenacionalcomum.mec.gov.br. Acesso em: 27 jul. 2025.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. Petrópolis: Vozes, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

RINALDI, Carlina. **In Dialogue with Reggio Emilia: Listening, Researching and Learning.** Londres: Routledge, 2009.

SARMENTO, Manuel Jacinto. **As culturas da infância e a educação: elementos para uma análise social da infância**. In: QVORTRUP, J.; SARMENTO, M. J. (org.). Sociologia da infância. Porto: Porto Editora, 2003. p. 133–166.

FUHR, Sabrina. **E a chuva…** Porto Alegre: IdeiaS Editorial, 2024.